



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

PARECER 012/2016

PROJETO DE LEI Nº 027/2016

EMENDA: Altera a Lei Municipal nº 1.152 que dispõe sobre parcelamento do débito previdenciário do Município de Itaúna do Sul resultantes das contribuições previdenciárias não repassadas ao fundo previdenciário municipal.

RELATÓRIO

De autoria do **Chefe do Executivo**, o projeto tem como objetivo alterar e corrigir a lei que permitir o parcelamento do débito oriundo das contribuições previdenciárias não repassadas ao fundo previdenciário municipal.

É o relatório.

PARECER

Trata-se de projeto de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que visa o parcelamento do débito oriundo das contribuições previdenciárias não repassadas ao fundo previdenciário municipal.

Quanto a iniciativa do presente anteprojeto, a mesma encontra-se revestida de legalidade e constitucionalidade.

Quanto ao aspecto material do projeto deve obedecer aos ditames legais da Portaria do MPS nº 402 de 2008, com a redação modificada pelas Portarias MPS: 65/2014, 21/2014, 307/2013, 21/2013, 347/2012, 519/2011, 298/ 2009, 230/2009, 83/2009.

É dever do Ente Federativo repassar à Unidade Gestora, de forma integral e a cada competência, as contribuições devidas ao RPPS. Essa responsabilidade decorre da necessidade de serem observados e cumpridos os princípios do caráter contributivo e do equilíbrio financeiro e atuarial, consagrados no artigo 40 da Constituição Federal e na Lei nº 9.717/1998 e essenciais para a sustentabilidade dos regimes de previdência dos servidores públicos. Entretanto, caso as contribuições devidas pelo Ente Federativo não sejam repassadas à Unidade Gestora até o seu vencimento, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em moeda corrente, desde que observados os critérios estabelecidos no artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008.

Deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Previsão, em cada acordo de parcelamento, do número máximo de 60 prestações mensais, iguais e sucessivas;

b) Previsão de aplicação de índice oficial de atualização e de taxa de juros, definidos em lei do ente federativo, na consolidação do montante devido e no pagamento das prestações vincendas e vencidas, **tendo a meta atuarial como limite mínimo**, não se admitindo mais a utilização alternativa dos critérios de atualização definidos para os débitos com o RGPS (SELIC).

Nota: Embora a SELIC seja adotada como critério para os tributos federais recolhidos em atraso, e das contribuições ao RGPS, ela representa um indicador da taxa básica de juros da economia e não um “índice oficial de atualização” que guarde relação com a meta atuarial dos RPPS. Os índices oficiais de atualização contemplados pelo CADPREV são: INPC, IPCA, IGP-M, IGP-DI e IPC-FIPE.

c) Vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento;

d) Previsão das medidas e sanções, **inclusive multa**, para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do termo de acordo de parcelamento;

- e) Vedação de inclusão das contribuições descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas; e
- f) Vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Deste modo, no entendimento desta assessoria jurídica o anteprojeto objeto desta análise não possui qualquer vício legal ou constitucional.

A inclusão do inciso III no artigo 1º da Lei 1.152, em nada fere as determinações da Portaria do MPS nº 402 de 2008, com a redação modificada pelas Portarias MPS: 65/2014, 21/2014, 307/2013, 21/2013, 347/2012, 519/2011, 298/ 2009, 230/2009, 83/2009, pois de acordo com a Nota Técnica emitida pelo CONAPREV as contribuições suplementares ou aportes definidos em plano de amortização do déficit, que é o déficit atuarial, se não repassados até o seu vencimento, tornam-se dívidas previdenciárias e podem ser parcelados seguindo os critérios determinados pelas Portarias acima transcritas.

Este é o parecer de cunho estritamente jurídico, que de nenhum modo vincula o juízo político dos egrégios vereadores.

Itaúna do Sul, 19 de julho de 2016

Allana Mariele Mazaro Zarelli

Assessora Jurídica

OAB/PR 65689